



Evidências científicas sobre políticas públicas para pessoas idosas no Brasil

Scientific evidence on public policies for elderly people in Brazil

Evidencias científicas sobre políticas públicas para personas mayores en Brasil

Isabela Vitória Moretto¹, Izabelly Simeão Marques¹, Alethia da Silva Marques¹, Esdras de Souza Ribeiro¹, Izabelly Rubio Do Amaral Camargo¹, Jasminy Roberta Fortunato Lima¹, Cristiano Massao Tashima¹, Edna Aparecida Lopes Bezerra Katakura¹, Miriam Fernanda Sanches Alarcon¹.

RESUMO

Objetivo: Identificar nas produções nacionais, as evidências acerca das Políticas Públicas para pessoas idosas no Brasil. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa, empregando-se a estratégia PICO, descrita da seguinte forma: P: pessoa idosa no Brasil; I: políticas públicas; C: ausência de políticas públicas; O: evidências científicas que embasam as políticas públicas. Como questão norteadora, utilizou-se: Quais são as evidências científicas que embasam as políticas públicas voltadas para a população idosa no Brasil? **Resultados:** A busca dos estudos ocorreu de novembro de 2022 a abril de 2023 e contou com os seguintes descritores: "Pessoa Idosa", "Aged", "Envelhecimento", "Aging", "Participação Cidadã", "Community Participation", "Políticas Públicas", "Public Policy". As bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e SciVerse Scopus. Os critérios de inclusão foram trabalhos referentes à temática acerca das Políticas Públicas para pessoas idosas no Brasil, considerando no levantamento bibliográfico sem tempo limite de publicação e artigos disponíveis na íntegra, além de decretos, leis, portarias e resoluções no idioma em português. Foram excluídas monografias, dissertações, teses e excluídos os artigos duplicados. **Considerações finais:** As evidências científicas ressaltam a necessidade premente de políticas públicas eficazes, que garantam acesso à saúde, segurança e promovam a participação ativa dos idosos na sociedade.

Palavras-chave: Pessoa idosa, Políticas públicas, Envelhecimento, Participação cidadã.

ABSTRACT

Objective: To identify, in national productions, evidence about Public Policies for elderly people in Brazil. **Methods:** This is an integrative review, using the PICO strategy, described as follows: P: elderly person in Brazil; I: public policies; C: absence of public policies; O: scientific evidence that supports public policies. As a guiding question, the following was used: What is the scientific evidence that supports public policies aimed at the elderly population in Brazil? **Results:** The search for studies took place from November 2022 to April 2023 and had the following descriptors: "Elderly Person", "Aged", "Aging", "Aging", "Citizen Participation", "Community Participation", "Public Policies", "Public Policy". The databases used were the Virtual Health Library (VHL) and SciVerse Scopus. The inclusion criteria were works related to the theme of Public Policies for elderly people in Brazil, considering in the bibliographic survey no publication time limit and articles available in full, in addition to decrees, laws, ordinances and resolutions in Portuguese. Monographs, dissertations, theses were excluded and duplicate articles were excluded. **Final considerations:** Scientific

¹ Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Bandeirantes - PR.

evidence highlights the pressing need for effective public policies that guarantee access to health, safety and promote the active participation of elderly people in society.

Keywords: Elderly person, Public policies, Aging, Citizen participation.

RESUMEN

Objetivo: Identificar evidencia sobre políticas públicas para personas mayores en Brasil. **Métodos:** Se realizó una revisión integrativa utilizando la estrategia PICO, con los siguientes descriptores: "Persona Mayor", "Ancianos", "Envejecimiento", "Participación Ciudadana", "Participación Comunitaria", "Políticas Públicas".

Resultados: La búsqueda se realizó de noviembre de 2022 a abril de 2023 en la Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y en SciVerse Scopus. Se incluyeron trabajos sobre políticas públicas para personas mayores en Brasil sin restricción de fecha de publicación, incluidos artículos completos, decretos, leyes, ordenanzas y resoluciones en portugués. Se excluyeron tesis, disertaciones y artículos duplicados. Pregunta guía: ¿Cuáles son las evidencias científicas que respaldan las políticas públicas para la población anciana en Brasil?

Consideraciones finales: La evidencia enfatiza la necesidad urgente de políticas públicas efectivas que garanticen el acceso a la atención médica, la seguridad y promuevan la participación activa de las personas mayores en la sociedad y en actividades específicas.

Palabras clave: Persona mayor, Políticas públicas, Envejecimiento, Participación ciudadana.

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um crescimento exponencial da população de pessoas idosas, esse crescimento é decorrente do aumento da expectativa de vida e redução da taxa de fecundidade. Em decorrência desse cenário, há uma preocupação em proporcionar à pessoa idosa uma melhor qualidade de vida, com acesso a serviços de saúde, autonomia e segurança (SOUZA GA, et al., 2022; BRUNNER EJ e AHMADI-ABHARI S, 2018). Há uma projeção de crescimento no número de pessoas com 65 anos ou mais de 524 milhões em 2010 para quase 1,5 bilhão em 2050, com a maior parte delas concentrada nos países em desenvolvimento, resultando numa grande transformação na demografia e na saúde pública (WHO, 2022). Relativo ao Brasil e à América Latina a transição demográfica está ocorrendo de maneira cada vez mais rápida, mais de 8% da população tinha 65 anos ou mais em 2020 e estima-se que essa porcentagem dobre até 2050. As Nações Unidas em dezembro de 2020, estabeleceu como estratégia a construção de uma sociedade para todas as idades, por meio do que se chamou de "Década do Envelhecimento Saudável nas Américas" (WHO, 2022).

Concomitante às alterações demográficas ocorre também uma alteração nos perfis epidemiológico, econômico e social desta faixa etária em ascensão (FILHO LCS e COELHO TT, 2021). A transição epidemiológica é definida pelo declínio das doenças infecto-parasitárias e aumento das doenças crônicas não-transmissíveis. Neste sentido, os dados demográficos mostram a necessidade urgente dos gestores e políticos brasileiros observarem o panorama dessa transição, e, em conjunto com a sociedade, num breve espaço de tempo, discutirem as políticas públicas de atenção à pessoa idosa (WATANABE HAW, et al., 2023). Um dos fatores que determinam a saúde da população idosa está associado a características do contexto social relacionado a desigualdades nas exposições e vulnerabilidades, que interferem no seu bem-estar, na independência funcional e na sua qualidade de vida.

Desse modo, torna-se imperativo exigir que governantes e sociedade encontrem formas de materializar as leis que garantem proteção e efetivação dos direitos da pessoa idosa, bem como a necessidade de discutir e divulgar os documentos legais que regulamentam as políticas públicas direcionadas à promoção do bem-estar, garantia de respeito e dignidade aos idosos brasileiros (FILHO LCS e COELHO TT, 2021). Por políticas públicas entende-se um conjunto de ações, decisões e programas implementados por governos ou instituições governamentais a fim de abordar questões e problemas que sejam de interesse público. As medidas e diretrizes autuadas buscam atender às metas específicas e as necessidades de uma sociedade (BRASIL, 2006). Nesse sentido, a Política Nacional da Pessoa Idosa (PNI, instituída em 1994), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI em vigor a partir de 2006) e o Estatuto da Pessoa Idosa são

dispositivos que norteiam ações sociais e de saúde, garantem os direitos das pessoas idosas e obrigam o Estado à proteção dos mesmos. Porém, é sabido que a efetivação de uma política pública requer a atitude consciente, ética e cidadã dos envolvidos e interessados em envelhecer de forma saudável, na qual o Estado, os profissionais da saúde e a sociedade em geral sejam corresponsáveis por esse processo (FILHO LCS e COELHO TT, 2021).

A PNI tem por objetivo definir a condição de pessoa idosa no Brasil como todo indivíduo acima de 60 anos e assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A PNSPI desenvolveu-se para responder às crescentes demandas de sua população em processo de envelhecimento, buscando recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos. A meta final desta política é promover uma atenção à saúde adequada e digna para as pessoas idosas brasileiras, principalmente para aquela parcela da população idosa que teve, por uma série de razões, um processo de envelhecimento marcado por doenças e agravos que impõem sérias limitações ao seu bem-estar (BRASIL, 2006).

Portanto, respeitar os direitos da pessoa idosa é ajudá-la a exercer sua cidadania, é garantir-lhe autonomia e independência; é valorizar e desenvolver sua capacidade e potencial de decisão e ação. Contudo, a deficiência no que tange à efetivação dos direitos essenciais a este segmento populacional, deixa evidente a necessidade de estudos que direcionam a população para lutar a favor daquilo que há de mais justo na vida dos seres humanos: a certeza de que todos envelhecem a cada momento (SOUZA GA, et al., 2022). Diante de tais considerações, este estudo teve como objetivo identificar, nas produções nacionais, as evidências acerca das Políticas Públicas para pessoas idosas no Brasil.

MÉTODOS

A revisão integrativa é um método de revisão que permite a construção de uma discussão em relação aos métodos e resultados das publicações, visando a análise do conhecimento pré-existente sobre o tema investigado (WHITTEMORE R e KNAFL K, 2005; BROWN AS, et al., 2003). Nesta revisão, abordam metodologias diferentes que sistematizam resultados obtidos a partir de um tema ou questão, com rigor metodológico como problemas e hipóteses claras; critérios de seleção dos estudos; estudos selecionados e analisados; dois revisores independentes e resultados da análise com tabelas e quadros (SOARES CB, et al., 2014).

Essa revisão foi realizada em seis etapas distintas: a formulação da questão de pesquisa, a definição dos critérios de inclusão e exclusão para a busca na literatura, a categorização dos estudos, a avaliação dos estudos selecionados, a interpretação dos resultados obtidos e, por fim, a apresentação da revisão. O processo seguiu um protocolo validado para garantir a rigorosidade metodológica (MIRANDA KDS, et al., 2008).

A questão de pesquisa será elaborada com base na estratégia PICO que representa um acrônimo para P: Paciente ou população investigada; I: Intervenção ou indicador do que será investigado; C: Comparação ou controle como critérios para avaliação da efetividade da intervenção ou da questão de interesse; O: Outcome (desfecho) que é a resposta obtida e Tempo que é o prazo (RIVA JJ, et al., 2012). No desenvolvimento da questão de pesquisa e na seleção dos descritores para a busca de evidências relacionadas ao tema, foi adotada a estratégia PICO, onde P: pessoa idosa no Brasil; I: políticas públicas; C: ausência de políticas públicas; O: evidências científicas que embasam as políticas públicas.

Como questão norteadora, utilizou-se: Quais são as evidências científicas que embasam as políticas públicas voltadas para a população idosa no Brasil? A busca dos estudos ocorreu outubro de 2022 a abril de 2023 e contou com os seguintes descritores: “Pessoa Idosa”, “Aged”, “Envelhecimento”, “Aging”, “Participação Cidadã”, “Community Participation”, “Políticas Públicas”, “Public Policy”. As bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e o SciVerse Scopus. Os critérios de inclusão foram trabalhos referentes à temática acerca das Políticas Públicas para pessoas idosas no Brasil, considerando no levantamento bibliográfico sem tempo limite de publicação e artigos disponíveis na íntegra, além de decretos, leis, portarias

e resoluções no idioma em português. Foram excluídas monografias, dissertações, teses e excluídos os artigos duplicados.

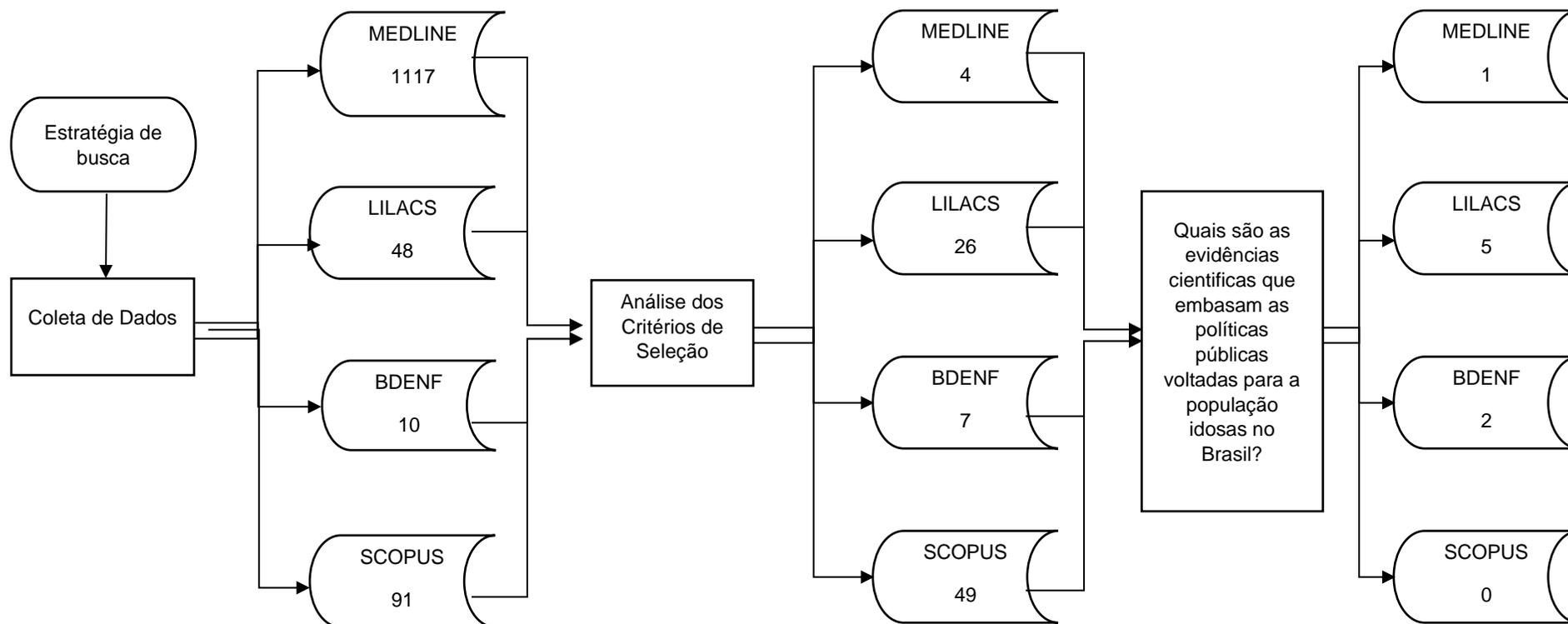
Para refinamento dos artigos, utilizaram-se quatro fases do diagrama Preferred Reporting Items for Systematic Review And Meta-Analysis (PRISMA) de fluxo de seleção de artigos. O Nível de Evidência seguiu a classificação proposta por Melnyk & Fineout-Overholt (MELNYK BM e FINEOUT-OVERHOLT E, 2005).

A seleção dos artigos foi realizada por três investigadoras, também autoras do manuscrito, de forma cega e independente. Com o intuito de evitar vieses, obteve-se 95% de concordância. Os casos de discordância foram discutidos e avaliados em conjunto para se obter o consenso. Para a extração e síntese dos artigos selecionados, utilizou-se instrumento construído pelas investigadoras. Foram extraídos os dados: Autores/Título/ano, Tipo de pesquisa, Objetivos, Principais resultados e Conclusões.

RESULTADOS

Inicialmente identificou-se nas bases de dados 1.266 artigos, porém apenas oito foram selecionados (**Quadro 1**). Os demais foram excluídos por não abordarem o tema e de acordo com os critérios de exclusão. Notou-se que entre os estudos selecionados há uma diversidade quanto ao delineamento metodológico da pesquisa, dificultando a interpretação dos resultados, pois não há uma linha de convergência entre eles. O designer dos estudos foi estruturado da seguinte forma: um estudo qualitativo, um estudo quantitativo e transversal, um estudo observacional de prevalência e descritivo, um estudo misto e prospectivo, duas revisões bibliográficas e um estudo multicêntrico, um ensaio clínico controlado/estudo prognóstico.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos.



Fonte: Moretto IV, et al., 2024.

Quadro 1- Síntese dos artigos publicados sobre as evidências acerca das Políticas Públicas para pessoas idosas no Brasil. Bandeirantes-PR, 2023.

Autores/ano	Tipo de pesquisa	Objetivos	Principais resultados	Conclusões
Derhun FM, et al. (2022)	Pesquisa qualitativa.	Compreender as contribuições das atividades universitárias para o envelhecimento ativo de idosos vinculados à UNATI.	O envolvimento em atividades universitárias ajuda a fortalecer os pilares que sustentam as políticas de envelhecimento ativo. A contribuição é impulsionada pela aprendizagem ao longo da vida, integrada ao programa por meio de educação	As contribuições recebidas com a participação nas atividades universitárias ajudam a (re)construir a capacidade do idoso para enfrentar as situações cotidianas.

			continuada não formal, e otimiza oportunidades para a saúde, participação e segurança dos idosos	
Nascimento ES, et al.; (2019)	Estudo quantitativo, transversal.	Caracterizar as atividades de lazer, seus facilitadores e usuários dos Centros de Convivência de Teresina-PI.	Este estudo mostrou que o conteúdo cultural (físico, manuais, intelectuais, artísticos e sociais) são desenvolvidos de forma desigual no CCFV De Teresina. Atividades de lazer relacionadas aos aspectos físicos (terapia da cabeça, dança, capoeira, ginástica aeróbica, ginástica local, ginástica funcional, lazer, dança da cabeça e karatê) representam as principais atividades realizadas	As pessoas idosas têm ambições, desejos, vontades de experimentar novas oportunidades e batalham para quebrar certos estereótipos, como aqueles que não são mais úteis na sociedade. Embora as pessoas mereçam ser ouvidas e respeitadas, seus direitos são protegidos, elas precisam vivenciar novos desafios e podem ser incentivadas. Isso pode contribuir para redefinir sua cidadania, qualidade de vida e independência. Consequentemente, os CCFVs precisam estar capacitados para proporcionar aos idosos todas as oportunidades de lazer e promover sua autonomia e cidadania.
Catanante GV, et al. (2017)	Estudo observacional / Estudo de prevalência / descritivo.	Conferir visibilidade à vocalização dos usuários, quanto às suas possibilidades e dificuldades de acesso a estes serviços públicos de APS.	A maioria dos participantes do estudo era composta por mulheres com mais de 51 anos, baixa renda e nível de escolaridade. Isso destaca desafios relacionados ao envelhecimento da população e à distribuição seletiva dos cuidados de saúde. Aproximadamente 93% viviam a uma distância de até 20 minutos de um serviço de saúde, e a disponibilidade de atendimento aos sábados (43%) e à noite (38%) facilitaria o acesso. Cerca de 60% eram atendidos sem a necessidade de agendamento prévio, e 62% não consideravam o serviço adequado para situações de urgência. A maioria (85%) recebeu visita de Agentes Comunitários, enquanto outros profissionais visitaram 40% dos participantes, indicando variações na integração do território no processo de prestação de cuidados	O estudo enfatiza a importância de ouvir ativamente e encorajar a participação das pessoas envolvidas em políticas públicas, especialmente no contexto do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade na Atenção Básica (PMAQ) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco nos ODS 3 e 17. Pode impulsionar a implementação da Agenda 2030, promovendo a saúde e garantindo o acesso à cidade. É essencial integrar diversos grupos de interesse na avaliação do processo, garantindo que as informações sejam significativas e acordadas pelos diferentes atores sociais envolvidos. Além disso, é crucial fortalecer as interações e colaborações entre os parceiros para a realização eficaz de projetos como o Sistema Único de Saúde (SUS)
Oliveira B, et al. (2016)	Investigação quantitativa, qualitativa e prospectiva.	Analisar as perspectivas dos representantes dos Conselhos Municipais de Saúde e do Idoso, visando proporcionar uma visão prospectiva do cenário de saúde sênior em 2030.	Centrando-se no envelhecimento da população e nos serviços de saúde para as pessoas idosas agora e no futuro próximo. Em particular: Os problemas de assistência, às necessidades de assistência e as dificuldades de acesso devem ser melhor planejadas no sistema de saúde pública do Brasil.	As estratégias de análise dos resultados também foram objetivo durante todo o processo de aproximação e delineamento do trabalho de campo nos procedimentos metodológicos deste estudo. O referencial teórico e a perspectiva da análise interdisciplinar (como tema de desenvolvimento científico-tecnológico) possibilitaram a interpretação sociocultural dos resultados, o que possibilitou a subjetividade e a

				<p>captação da essência do pensamento e/ou sentimento da fala do entrevistado. luz do problema explorados: envelhecimento e cuidados de saúde. mostram a necessidade de melhorar a infraestrutura e a dinâmica político-administrativa das instituições comunitárias (no caso, os conselhos municipais de saúde e do idoso), fortalecer a rede de apoio e implementar cuidados de saúde aos idosos em 2030.</p>
<p>Morsch P, et al. (2015)</p>	<p>Ensaio clínico controlado / Estudo prognóstico.</p>	<p>Analisar os fatores sociais e de saúde que levam os idosos (60+) a deixarem suas casas.</p>	<p>De acordo com os resultados do modelo de análise final, os homens mais velhos tiveram maior probabilidade de sair de casa do que as mulheres (OR = 1,46; $p < 0,001$).</p> <p>A comparação entre idade e década de vida mostrou uma probabilidade proporcionalmente maior de sair de casa. Idosos mais jovens tendem a sair de casa com mais frequência ($p < 0,001$).</p> <p>Em relação ao estado civil, idosos solteiros têm menor probabilidade de sair de casa do que idosos casados (OR=0,70; $p < 0,001$).</p> <p>Idosos que avaliam sua saúde como regular têm menor probabilidade de sair de casa do que aqueles que se avaliam como saudáveis (OR=0,71; $p < 0,001$).</p> <p>O mesmo ocorre com aqueles que se avaliam como tendo problemas de saúde, sendo 38% menos propensos a sair de casa ($p = 0,0023$).</p> <p>Idosos com mais facilidade para realizar determinadas atividades saem de casa com mais frequência.</p>	<p>Este estudo demonstra que uma variedade de fatores sociais e de saúde influenciam a capacidade dos idosos (com 60 anos ou mais) de saírem de casa. Identificamos que ser do sexo masculino, pertencer a uma faixa etária mais jovem, ser casado, ter artrose, realizar atividades específicas com facilidade e ter uma boa autopercepção de saúde são fatores que favorecem a saída de casa. Por outro lado, a presença de cardiopatias foi associada a uma menor probabilidade de sair de casa. Em consonância com a política de envelhecimento ativo da Organização Mundial da Saúde, a importância da vida social na qualidade de vida dos idosos é ressaltada. Portanto, é crucial considerar condições clínicas que permitam aos idosos manterem-se ativos na comunidade ao desenvolver políticas públicas direcionadas a essa população. Estudos como este oferecem valiosas contribuições para a adaptação e aprimoramento das políticas públicas voltadas para os idosos, especialmente ao abordar condições clínicas e funcionais que podem ser modificadas para promover um envelhecimento ativo e uma melhor integração social.</p>
<p>Batista MPP, et al. (2011)</p>	<p>Revisão.</p>	<p>Destacar ações que são de responsabilidade do setor saúde e apresenta os principais instrumentos internacionais e nacionais destinados a orientar a implementação de programas e políticas para pessoas idosas.</p>	<p>Política voltada para tratamento holístico O Conselho Nacional de Saúde do Envelhecimento recomenda uma estrutura entre setores: educação, seguridade social, sistema único de saúde Assistência social, trabalho e emprego, desenvolvimento Cidade, trânsito, direito e direitos humanos, esporte e lazer, ciência e tecnologia</p>	<p>O crescimento da população idosa global requer uma preparação adequada dos países para atender às diversas necessidades. É crucial garantir os direitos dos idosos, levando em conta suas preferências e habilidades, para implementar estratégias que promovam acesso à saúde, segurança e participação ativa na sociedade.</p>

			<p>atendimento domiciliar não deve tentar reduzir custos ou transferências deveres, mas de outra forma dirige tentando dar instruções, informações e consultoria especializada para otimizar o suporte informal.</p>	<p>Especial atenção deve ser dada aos idosos frágeis, apoiando sua funcionalidade e rede informal de cuidados. Embora a família tenha um papel importante, os serviços comunitários não devem substituir um sistema de saúde pública eficaz. Iniciativas como a assistência domiciliar devem ser fortalecidas, assim como a capacitação dos cuidadores em Gerontologia. É essencial garantir que o aumento da expectativa de vida esteja acompanhado de qualidade de vida, exigindo uma abordagem ampla e colaborativa na atenção aos idosos.</p>
<p>Rodrigues RAP, et al. (2007)</p>	<p>Revisão.</p>	<p>Descrever e avaliar a Política Nacional de Atenção ao Idoso no Brasil e sua relação com a enfermagem.</p>	<p>Os enfermeiros desempenham um papel essencial na atenção à saúde do idoso, seguindo os princípios do SUS e as normativas locais. Isso inclui o primeiro contato em situações de saúde, a avaliação multidimensional e a elaboração de um plano de cuidado abrangente, envolvendo toda a equipe de saúde, o idoso e sua família. Além disso, a longitudinalidade implica o acompanhamento contínuo, estabelecendo vínculos entre a família e a equipe. A integralidade envolve a prestação de cuidados em diversas dimensões da vida do idoso, adaptando-se à sua diversidade e complexidade, e coordenando os serviços disponíveis. A focalização na família considera-a como parte ativa no cuidado ao idoso e a orientação comunitária leva em conta o contexto em que o idoso está inserido. Esses princípios da Atenção Básica à Saúde guiam a prática de saúde, promovendo a multidisciplinaridade e o compromisso com a produção de cuidados, como defendido pela Enfermagem brasileira.</p>	<p>A política tem desempenhado um papel crucial ao promover a conscientização sobre justiça social e assegurar plenamente os direitos dos idosos para todos os envolvidos. Além disso, fica evidente que a integração da enfermagem na Política Nacional de Atenção ao Idoso engloba não apenas o cuidado ao longo do ciclo de vida e em diferentes níveis de atenção à saúde, mas também a participação ativa na formulação e execução dessa política. Dessa forma, fortalece-se o compromisso com o bem-estar e a qualidade de vida da população idosa. A transição demográfica e epidemiológica são eventos significativos na sociedade brasileira, com propostas específicas. As políticas de atenção estão bem delineadas, mas é responsabilidade dos gestores e da equipe de saúde discutir as prioridades. A maioria dos idosos brasileiros vive na comunidade, e a Atenção Básica à Saúde é uma estratégia disponível. No entanto, é urgente a formação da equipe de saúde nessa área de conhecimento devido à demanda no sistema de saúde. O desafio principal é garantir os direitos sociais e humanos dos idosos para promover sua cidadania. A Enfermagem desempenha um papel crucial nesse desafio, analisando a Política de Atenção ao Idoso no Brasil, identificando problemas no contexto familiar e social, e intervindo no ensino, pesquisa</p>

				e assistência, respeitando as particularidades de cada indivíduo.
Costa TB e Neri AL (2019)	Estudo multicêntrico, investigativo.	Investigar associações entre os níveis de Atividade física em quatro diferentes domínios, o nível de AS e as variáveis independentes gênero, renda familiar e idade.	As variáveis sociodemográficas demonstraram ter impacto significativo no perfil de engajamento em atividades na amostra. Ter uma renda familiar mais alta mostrou-se associado a níveis elevados de atividade física no lazer, no trabalho e no deslocamento, corroborando os achados da literatura. Quanto ao gênero, a associação com altos níveis de atividade variou de acordo com o domínio específico do indicador de atividade analisado. Além disso, ter uma idade mais jovem foi confirmado como fator associado a níveis mais elevados de atividade em todos os indicadores relacionados à idade, ressaltando o envelhecimento como uma das principais barreiras para o engajamento em atividades físicas e sociais na terceira idade.	Os resultados deste estudo reforçam as conclusões da literatura, evidenciando que o envolvimento em atividades em diversos domínios é sensivelmente afetado por variáveis independentes. A restrição financeira se mostrou como uma barreira substancial para a prática de atividades físicas, ao passo que o gênero e a idade emergiram como os principais determinantes do perfil de atividade entre os idosos. Notadamente, o processo de envelhecimento foi identificado como o fator preponderante na limitação das atividades após a aposentadoria.

Fonte: Moretto IV, et al., 2024.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos mostram uma escassez de publicações que tratam diretamente das políticas públicas para pessoas idosas no Brasil, esse tema geralmente é tratado de forma transversal em estudos que abordam o envelhecimento. Contudo, os artigos selecionados oferecem uma visão abrangente e valiosa sobre o envelhecimento ativo e as políticas públicas voltadas para essa população. Destacando a importância do engajamento em atividades específicas para promover um envelhecimento mais saudável e participativo.

Os estudos analisados fornecem evidências robustas de que a participação em atividades universitárias e outras formas de interação desempenham um papel crucial no estímulo ao envelhecimento ativo, preservando a capacidade decisória e instrumentalizando a pessoa idosa para enfrentar as demandas do cotidiano. Esses resultados têm amparo na Lei nº 8.842, que instituiu a Política Nacional do Idoso, a qual vem desde 1994 assegurando à pessoa idosa, direitos sociais, incluindo o direito à cultura, esporte e lazer (BRASIL, 2006). Entretanto, como a lei está vigente a quase duas décadas, há a necessidade de adaptar e compor novas políticas que atendam à demanda populacional atual (WATANABE HAW, et al., 2020; MREJEN M, et al., 2023).

Além de proporcionar aprendizado contínuo, a participação em atividades universitárias otimiza oportunidades relacionadas à saúde, à integração social e à segurança das pessoas idosas. Desta forma, sugere-se que a educação ao longo da vida e a integração com instituições de ensino superior são componentes cruciais para promover um envelhecimento ativo e saudável. Os achados do estudo de Derhun FM, et al. (2022) têm implicações profundas para o desenvolvimento de políticas e programas voltados para a população idosa.

Eles indicam a necessidade de promover e apoiar iniciativas que facilitem o envolvimento das pessoas idosas em atividades universitárias, proporcionando não apenas benefícios educacionais, mas também promovendo saúde, participação na comunidade e segurança. E nesse sentido, a literatura carece de ações efetivas relativas às políticas públicas que deem sustentação a essa prática. O segundo artigo destaca uma discrepância significativa na oferta de atividades de lazer nos Centros de Convivência de Teresina. Esta disparidade ressalta a necessidade premente de uma abordagem mais equitativa e inclusiva na disponibilização de atividades para as pessoas idosas. Além disso, enfatiza-se que os idosos possuem aspirações e desejos de explorar novas oportunidades, o que sublinha a importância de criar espaços que fomentem a participação ativa e desafiem estereótipos associados à idade.

Esses achados são corroborados pelo estudo conduzido por Nascimento ES, et al. (2019) o qual afirma que os centros de convivência além trabalhar os estereótipos da velhice são importantes para o fortalecimento de vínculos. As descobertas apresentadas têm implicações práticas para o planejamento e implementação de políticas e programas direcionados à população idosa. Pois, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas para a pessoa idosa, enfatizam a necessidade de alinhar as metas de saúde com os objetivos globais de desenvolvimento (WHO, 2022).

O estudo conduzido por Catanante GV, et al. (2017) proporciona valiosas percepções sobre a participação social na Atenção Primária à Saúde (APS), sublinhando a importância de políticas e práticas que garantam o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, em conformidade com os propósitos globais da Agenda 2030. A análise das perspectivas dos representantes dos Conselhos Municipais de Saúde e do Idoso oferece uma visão significativa das preocupações e prioridades desses órgãos, os quais desempenham um papel essencial na formulação e avaliação de políticas de saúde. A participação ativa desses representantes é crucial para assegurar que as políticas estejam alinhadas com as reais necessidades da população idosa (WATANABE HAW, et al., 2016).

O quarto estudo destaca a importância crucial do planejamento adequado para atender às crescentes necessidades da população idosa. Isso envolve uma atenção especial para superar os desafios de acesso e assistência que os idosos podem enfrentar. O estudo aponta para a necessidade de adaptações no sistema de saúde, a fim de lidar de maneira eficaz com as demandas específicas dessa população. A pesquisa conduzida por Morsch P, et al. (2015) oferece uma visão detalhada dos fatores que influenciam a decisão das

peças idosas de deixar suas residências. Ao analisar variáveis como gênero, idade, estado civil e percepção de saúde, o estudo proporciona insights cruciais sobre os determinantes desse comportamento. Tais descobertas são fundamentais para a formulação de políticas e intervenções direcionadas, com o objetivo de aprimorar a mobilidade e a qualidade de vida das pessoas idosas, promovendo, assim, um envelhecimento mais independente e saudável.

O quinto estudo destaca que homens mais velhos e pessoas idosas mais jovens demonstram uma maior propensão a sair de casa, enfatizando a necessidade de levar em conta as diferenças entre os grupos etários ao planejar políticas e serviços para os idosos. A revisão realizada por Batista MPP, et al. (2011) sublinha a importância de uma abordagem integrada e holística para atender às complexas necessidades dessa população idosa. Ao enfatizar a relevância das ações de saúde para o grupo etário em questão, o artigo ressalta que as políticas públicas devem transcender o tratamento médico convencional. É imperativo considerar os fatores sociais, emocionais e culturais para fomentar um envelhecimento ativo e participativo na sociedade. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas que apoiem não apenas a saúde física, mas também promovam o bem-estar emocional e social das pessoas idosas.

A revisão sublinha a urgência de políticas públicas eficazes para a população idosa, dada a tendência global de envelhecimento. Garantir acesso à saúde, segurança e promover a participação ativa na sociedade são pilares essenciais para o bem-estar dessa população (SOUZA GA, et al., 2022). O sétimo estudo enfatiza o papel da enfermagem no cuidado à pessoa idosa, destacando a integração da enfermagem na Política Nacional de Atenção ao Idoso como demonstração da importância fundamental dessa profissão no cuidado abrangente e multidisciplinar dessa população.

O artigo de Rodrigues RAP, et al. (2007) sublinha o papel crucial da enfermagem na promoção da saúde e no cuidado às pessoas idosas, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. A efetiva integração da enfermagem na Política Nacional de Atenção ao Idoso não apenas ressalta a importância do cuidado ao longo do ciclo de vida, mas também destaca o papel ativo dos profissionais na formulação e implementação dessas políticas. Isso enfatiza a necessidade de uma equipe de saúde bem treinada e interdisciplinar para proporcionar um cuidado completo e eficaz aos idosos.

Em suma, a participação ativa e consciente da enfermagem se apresenta como um fator imprescindível na sustentação e divulgação das políticas públicas relativas à pessoa idosa, tal qual seus direitos. Também é de competência do enfermeiro, informar os familiares da pessoa idosa da qual se refere o cuidado, priorizando a necessidade e individualidade de cada um (RODRIGUES RAP, et al., 2007; BERNADETE, et al., 2016). O estudo de Costa TB e Neri AL (2019) oferece uma valiosa perspectiva sobre os fatores que influenciam o engajamento dos idosos em atividades físicas e sociais.

Ao identificar variáveis como renda familiar, gênero e idade como determinantes significativos desse perfil de atividade, o estudo destaca a importância de considerar esses fatores ao planejar intervenções e políticas para promover um envelhecimento ativo e saudável. Isso reforça a necessidade de políticas que sejam sensíveis às diferenças individuais e que abordem os desafios específicos enfrentados por diferentes grupos de pessoas idosas.

Nesse contexto, a PNSPI destaca a importância de considerar a individualidade do processo de envelhecimento e suas nuances, enfatizando a necessidade de abordagens mais flexíveis e personalizadas (BRASIL, 2006). Ademais, o envelhecimento pode ser individualmente subentendido através de variados conceitos culturais e influenciar determinadas pré-concepções que alteram diretamente a qualidade de vida da pessoa idosa (NASCIMENTO ES, et al., 2018; DERHUN FM, et al., 2021). Finalmente, o último estudo sublinha a influência significativa de variáveis sociodemográficas no engajamento dos idosos em atividades físicas e sociais. Destaca-se, assim, a necessidade de políticas e intervenções que levem em conta fatores como renda, gênero e idade para promover um envelhecimento ativo.

Os resultados indicam a persistente importância de políticas públicas direcionadas à população idosa, fundamentadas na mais sólida evidência disponível. As evidências obtidas destacam que as diretrizes clínicas, embasadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados controlados e ensaios

clínicos meticulosamente delineados, desempenham um papel crucial na orientação dessas políticas. Entretanto, a revisão também identificou lacunas e desafios na pesquisa existente, enfatizando a necessidade de futuras investigações para abordar essas questões. Isso compreende a avaliação de longo prazo do impacto das políticas públicas nas condições de vida das pessoas idosas e a exploração de estratégias inovadoras para enfrentar as crescentes necessidades dessa população. Na discussão sobre políticas públicas para a pessoa idosa no Brasil, é imperativo abordar a importância da participação ativa desta parcela da população no desenvolvimento e implementação dessas políticas, assegurando que estas estejam alinhadas com suas necessidades e preferências. A supervisão e avaliação contínua dessas políticas também se mostram cruciais para garantir sua eficácia ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa proporcionou uma visão abrangente sobre as evidências científicas sobre as políticas públicas direcionadas à população idosa. Os estudos analisados destacaram a importância do engajamento em atividades específicas para promover um envelhecimento mais saudável e participativo. Além disso, ressaltaram a necessidade premente de políticas públicas eficazes, que garantam acesso à saúde, segurança e promovam a participação ativa das pessoas idosas na sociedade. Nesse contexto de aplicar e divulgar as políticas públicas, a enfermagem emergiu como um pilar fundamental no cuidado abrangente e multidisciplinar a essa população, enfatizando a importância de uma equipe de saúde bem treinada e interdisciplinar. As descobertas também sublinharam a necessidade de políticas sensíveis às diferenças individuais, que abordam os desafios específicos enfrentados por diferentes grupos de idosos. Em face da tendência global do envelhecimento, essas conclusões oferecem valiosas orientações para o desenvolvimento e implementação de estratégias que promovam o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas.

AGRADECIMENTOS

A Fundação Araucária pelo financiamento da bolsa de estudo e pesquisa e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

REFERÊNCIAS

1. BATISTA MPP, et al. Políticas públicas para a população idosa: uma revisão com ênfase nas ações de saúde. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo (Online)*, 2011.
2. BRASIL. Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e determina outras providências. *Diário Oficial da União*, 19 out. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acessado em: 14 de novembro de 2023.
3. BROWN AS, et al. Uma estrutura para desenvolver um esquema de codificação para meta-análise. *Jornal Ocidental de Pesquisa em Enfermagem*, 2003; 25(2): 205-222.
4. BRUNNER EJ e AHMADI-ABHARI S. Modelando a crescente necessidade de assistência social em pessoas idosas. *Lancet Saúde Pública*, 2018; 3(9): 414.
5. CATANANTE GV, et al. Participação social na Atenção Primária à Saúde em direção à Agenda 2030. *Ciênc saúde coletiva*, 2017; 22(12): 3965–74.
6. COSTA TB e NERI AL. Fatores associados às atividades físicas e sociais em amostra de idosos brasileiros: dados do Estudo FIBRA. *Rev bras epidemiol.*, 2019; 22: 190022.
7. DERHUN FM, et al. Contributions of university activities to active aging: grounded theory. *Rev esc enferm USP*, 2022; 56: 20210237.
8. FILHO LCS e COELHO TT. Terceira idade no Brasil: representações e perspectivas. São Paulo, SP: Editora Blucher; 2021.
9. MARTINS J DE J, et al. Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso. *Rev bras geriatr gerontol.* 2007; 10(3): 371–82.
10. MELNYK BM e FINEOUT-OVERHOLT E. Making the case for evidence-based practice. *Evidence based in nursing practice & healthcare. A guide to best practice.* Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins, 2005; 3-24.

11. MIRANDA GMD, et al. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. *Rev bras geriatr gerontol.*, 2016; 19(3): 507–19.
12. MORSCH P, et al. Características clínicas e sociais determinantes para o idoso sair de casa. *Cad Saúde Pública*, 2015; 31(5): 1025–34.
13. MREJEN M, et al. Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: o Brasil está preparado? São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde; 2023.
14. NASCIMENTO ES, et al. Atividades de Lazer e seus Conteúdos Culturais em Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. *Licere*, 2019; 22(2): 297-330.
15. OLIVEIRA B, et al. Quem cuidará de nós em 2030? Prospecção e consenso na região metropolitana de São Paulo. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 2016; 21(1).
16. RIVA JJ, et al. What is your research question? An introduction to the PICOT format for clinicians. *The Journal of the Canadian Chiropractic Association*, 2012; 56(3): 167–71.
17. RODRIGUES RAP, et al. Política nacional de atenção ao idoso e a contribuição da enfermagem. *Texto contexto – enferm.*, 2007; 16(3): 536–45.
18. SOARES CB, et al. Integrative Review: Concepts and Methods Used in Nursing. *Rev esc enferm USP*, 2014; 48(2): 335–45.
19. SOUZA GA, et al. A necessidade de cuidado na percepção de pessoas idosas em processo de fragilização. *Cad Saúde Colet.*, 2022; 30: 486–95.
20. WATANABE HAW, et al. Who will take care of us when we get old? [Internet]. *Geriatrics, Gerontology and Aging*, 2023; 17: 0230019.
21. WHITTEMORE R e KNAFL K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 2005; 52(5): 546–53.
22. WORLD HEALTH ORGANIZATION 2022. Ageing and health. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>. Acessado em 10 de dezembro de 2023.